

A renegociação da dívida e o pacote Div. Externa

O presidente do Banco Central, sr. FERNÃO BRACHER, embarca hoje para os Estados Unidos, onde restabelecerá contato com o comitê de assessoramento dos bancos credores, a fim de sondar a possibilidade de se reiniciar a renegociação da dívida externa e a prorrogação da fase II, que se encerra a 16 de janeiro de 1986. A viagem foi programada em razão da aprovação do pacote que permite ao governo brasileiro visualizar novas perspectivas para o próximo ano. A missão, árdua e complexa, exigirá do presidente do Banco Central grande habilidade.

O sr. FERNÃO BRACHER manteve contato, pela última vez, com o comitê de assessoramento, por ocasião da reunião de Seul. Os entendimentos foram interrompidos por falta de acordo, o Brasil tendo deixado bem claro que 16 de janeiro não poderia constituir uma data fatídica, pois até lá não haveria tempo para ultimar suas negociações com o FMI. Os banqueiros, por sua vez, haviam ressaltado que, sem a intervenção do organismo internacional, não poderiam reatar a renegociação.

Ora, desde a reunião de Seul, ganhou corpo a idéia de que o acordo com o FMI seria impossível, especialmente porque 1986 será, para o Brasil, um ano de eleições. O ministro da Fazenda, sr. DÍLSON FUNARO, em seu

último encontro com o diretor-gerente do FMI, sr. Jacques de Larosière, encontro que não teve caráter oficial, convenceu-se de que o organismo internacional dificilmente endossaria um programa econômico que vinha mantendo um déficit altíssimo do setor público e, principalmente, que não deixava entrever nenhuma perspectiva de redução da taxa de inflação.

Caberá ao sr. FERNÃO BRACHER, figura bem conhecida de seus interlocutores banqueiros, propor uma solução que permita prescindir do endosso moral do FMI. Os banqueiros internacionais são homens práticos e pode-se prever que a conversa se iniciará com explicações acerca da atitude da nova administração diante das garantias oferecidas às "operações 63" de bancos em estado de liquidação extrajudicial. O presidente do Banco Central terá de dar uma boa notícia, qual seja, a da provável solução do caso do Banco Brasilinvest, que assegurará aos credores estrangeiros a recuperação de seus créditos. A fim de entabular a conversa em clima menos tenso, o governo brasileiro decidiu (contrariando postulações anteriores) liberar 25% das "operações 63" dos bancos que acabam de ter sua liquidação extrajudicial decretada. O presidente do Banco Central poderá apresentar suas vistas sobre essa questão, que inte-

ressa estreitamente aos bancos que precisam persuadir seus acionistas da seriedade de seu maior credor, o Brasil.

O presidente do Banco Central apresentará o panorama econômico aos banqueiros credores após a aprovação do novo programa pelo Congresso. Certamente, irá insistir na probabilidade da redução do déficit público, ressaltando os resultados altamente satisfatórios de 1985 no tocante ao crescimento econômico e ao balanço de pagamentos, mostrando que, pela segunda vez consecutiva, tendo honrado seus compromissos quanto ao pagamento de juros, o Brasil está em condições de prescindir de novos recursos. Mais difícil lhe será explicar a seus interlocutores a atual taxa de inflação e, sobretudo, a expansão monetária, que constitui para os banqueiros um indicador de grande importância.

Após ouvir sua explanação, os banqueiros terão de decidir sobre o modo como pretendem proceder, em relação ao Brasil, no tocante à renegociação da dívida. A prorrogação (ainda que, das duas últimas vezes, não tenha sido aceita por todos os credores — o que torna o Brasil muito vulnerável no plano legal, visto que a unanimidade em todas as decisões é necessária) do acordo parece inevitável, pois é evidente que o País

não chegará, tão cedo, a um acordo com o FMI. A prorrogação será concedida, mas não se sabe em que condições e até quando. Interessaria ao Brasil conseguir uma redução do *spread*, pois este o coloca na categoria dos devedores que pagam as mais altas taxas de risco, enquanto, no rol dos endividados, é o país que paga com regularidade absoluta os juros. Seria conveniente ainda, para o Brasil, que a prorrogação fosse concedida, pelo menos, por mais um ano. No primeiro caso, os credores explicarão que, sem um acordo *stand by* com o FMI, o "risco Brasil" continua muito grande. Pelas mesmas razões, mostrar-se-ão inclinados a oferecer uma renovação por curto prazo, para que possam avaliar melhor o desempenho do País.

O maior problema está em saber se os banqueiros exigirão ou não uma declaração oficial do FMI. O sr. DÍLSON FUNARO comprometeu-se a enviar ao diretor-gerente do FMI o programa do Brasil e as perspectivas da economia brasileira após o "pacote", tendo manifestado o desejo de obter um parecer que, embora sem valor oficial, talvez possa servir de base para uma discussão com os bancos. De qualquer modo, pode-se pensar que, a despeito de um eventual acordo com os bancos, estaremos longe de ver restabelecido o clima de tranquilidade cambial.